

ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXXI PALMAS, QUINTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2022.

N° 3355



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Antonio Andrade (PSL)
1º Vice-Presidente: Dep. Cleiton Cardoso (PTC)
2º Vice-Presidente: Dep. Léo Barbosa (SD)

1º Secretário: Dep. Jair Farias (MDB)
2º Secretário: Dep. Valdemar Júnior (MDB)
3º Secretário: Dep. Vanda Monteiro (PSL)
4º Secretário: Dep. Amália Santana (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas-TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Cleiton Cardoso - PTC Claudia Lelis – PV - Vice-Pres.

Jorge Frederico – MDB

Ricardo Ayres – PSB - Presidente

Prof. Junior Geo - PROS

MEMBROS SUPLENTES:

Olyntho Neto - PSDB Amália Santana – PT

Elenil da Penha - MDB Fabion Gomes - PR

Vilmar de Oliveira - SD

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Olyntho Neto - PSDB - Presidente Issam Saado – PV - Vice-Pres.

Elenil da Penha - MDB

Eduardo do Dertins - Cidadania

Amélio Cayres - SD

MEMBROS SUPLENTES:

Valderez Castelo Branco - PP Zé Roberto Lula - PT

Nilton Franco - MDB Ivory de Lira - PCdoB

Léo Barbosa - SD

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL. COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às às horas

MEMBROS EFETIVOS:

Olyntho Neto - PSDB

Zé Roberto Lula - PT

Eduardo Siqueira Campos - DEM

Fabion Gomes – PR Amélio Cayres - SD **MEMBROS SUPLENTES:**

Cleiton Cardoso - PTC Issam Saado - PV

Elenil da Penha - MDB

Ricardo Ayres - PSB

Prof. Júnior Geo – PROS

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14h30.

MEMBROS EFETIVOS:

MEMBROS SUPLENTES:

Valderez Castelo Branco - PP- Presidente Olyntho Neto - PSDB

Zé Roberto Lula - PT Issam Saado - PV Jorge Frederico - MDB Eduardo Siqueira Campos - DEM

Fabion Gomes - PR Ricardo Ayres - PSB Vanda Monteiro – PSL - Vice-Pres. Vilmar de Oliveira – SD

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às tercas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Olyntho Neto - PSDB Issam Saado – PV - Vice-Pres.

Jorge Frederico – MDB Ricardo Ayres - PSB

Léo Barbosa – SD - Presidente

MEMBROS SUPLENTES:

Valderez Castelo Branco - PP Amália Santana - PT

Elenil da Penha - MDB Fabion Gomes – PR

Prof. Júnior Geo - PROS

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reuniões às às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

MEMBROS SUPLENTES: Cleiton Cardoso - PTC Valderez Castelo Branco - PP

Amália Santana - PT Zé Roberto Lula-PT Nilton Franco – MDB Eduardo Siqueira Campos - DEM

Ivory de Lira – PCdoB Ricardo Ayres - PSB

Vanda Monteiro - PSL Léo Barbosa – SD

COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões às quartas-feiras, às 8h30.

MEMBROS SUPLENTES: MEMBROS EFETIVOS:

Valderez Castelo Branco - PP - Presidente Olyntho Neto - PSDB Issam Saado-PV Zé Roberto Lula - PT Eduardo Siqueira Campos – DEM Elenil da Penha - MDB Ivory de Lira - PCdoB - Vice-Pres. Eduardo do Dertins - Cidadania

Vilmar de Oliveira – SD Vanda Monteiro – PSL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às horas.

MEMBROS EFETIVOS: MEMBROS SUPLENTES:

Luana Ribeiro - PSDB Olyntho Neto - PSDB Claudia Lelis - PV Amália Santana - PT Nilton Franco - MDB Jorge Frederico - MDB Ivory de Lira - PCdoB Ricardo Ayres - PSB Prof. Júnior Geo - PROS Léo Barbosa - SD

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLITICAS PUBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reuniões às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Luana Ribeiro – PSDB Zé Roberto Lula - PT

Eduardo Siqueira Campos - DEM

Fabion Gomes - PR

Léo Barbosa – SD

MEMBROS SUPLENTES:

Olyntho Neto - PSDB Claudia Lelis - PV Jorge Frederico - MDB

Eduardo do Dertins - Cidadania

Amélio Cayres – SD

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às às

MEMBROS EFETIVOS:

Luana Ribeiro - PSDB Amália Santana - PT

Vanda Monteiro – PSL

Elenil da Penha - MDB

Eduardo do Dertins - Cidadania

MEMBROS SUPLENTES: Valderez Castelo Branco - PP

Claudia Lelis – PV

Eduardo Siqueira Campos - DEM

Fabion Gomes - PR Prof. Júnior Geo - PROS

COMISSÃO DE MINAS, ENERGIA, MEIO AMBIENTE E **TURISMO**

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Cleiton Cardoso - PTC

Claudia Lelis – PV

Jorge Frederico - MDB Eduardo do Dertins - Cidadania

Vilmar de Oliveira - SD

MEMBROS SUPLENTES: Olyntho Neto - PSDB

MEMBROS SUPLENTES:

Eduardo do Dertins - Cidadania

Luana Ribeiro - PSDB

Amália Santana - PT

Nilton Franco - MDB

Amélio Cayres - SD

Issam Saado - PV Nilton Franco - MDB

Ivory de Lira - PCdoB

Léo Barbosa – SD

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Reuniões às às

MEMBROS EFETIVOS:

Valderez Castelo Branco - PP Zé Roberto Lula - PT

Elenil da Penha - MDB Ivory de Lira - PCdoB

Vilmar de Oliveira - SD

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da

Diretoria de Documentação e Informação

Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/2022

Acrescenta dispositivo ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins - Resolução nº 201, de 18/09/1997 - e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga:

Art. 1º Fica acrescido ao Capítulo II - Da licença, o Artigo 231-A, com a seguinte redação:

"Art. 231-A. À Deputada será concedida licença maternidade, por 120 dias consecutivos, podendo ser prorrogada em 60 dias, a pedido da interessada, sem prejuízo da remuneração:

- I A partir da 32ª semana de gestação, mediante solicitação da mesma, salvo prescrição médica em contrário;
- II Por parto prematuro, tendo início esse período a partir do dia imediato ao do parto;
- III Por ocasião do parto;
- IV Em razão de adoção ou guarda judicial para tal fim.
- § 1º No caso de natimorto ou neomorto, a Deputada terá direito a 30 dias de licença, a contar da data do parto, devendo reassumir suas funções após o término da mesma, salvo prescrição médica em contrário.
- § 2º No caso de aborto, comprovado por atestado médico, a Deputada terá direito a 30 dias de repouso remunerado.

Justificativa

O presente projeto de Resolução tem como principal finalidade garantir às Deputadas tocantinenses o importante direito à licença -maternidade, pois, além da questão nutricional, há também outras necessidades do recém-nascido, que merecem especial atenção nos primeiros meses de vida, a exemplo do vínculo afetivo, que somente pode ser adequadamente suprido, com a presença materna.

Soma-se a isso o período pós-parto, também conhecido como puerpério, momento de transição em que ocorrem intensas alterações fisiológicas e psicológicas nas mulheres, vivenciadas de maneira singular e única, razão pela qual também necessitam desse período de licença.

Diante da importância da concessão desse direito às Deputadas é que se pede o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente Projeto de Resolução.

VANDA MONTEIRO

Deputada Estadual

Atas das Sessões Plenárias

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa 14 de dezembro de 2021 Ata da Centésima Trigésima Oitava Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia catorze do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelo Senhor Deputado Jair Farias, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Amália Santana, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor

Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes o Senhor Deputado Eduardo do Dertins e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea "c" do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Oficio oriundo da Secretaria de Estado da Saúde, comunicando a liberação de recursos financeiros a convênio, com recursos oriundos de Emenda Parlamentar; Oficio oriundo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade; Oficio oriundo da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; Oficio oriundo da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, comunicando a celebração de termo de colaboração com a Associação de Apoio às Comunidade Carentes de Angico-TO; Oficio oriundo da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, comunicando a celebração de acordo de cooperação técnica com a Secretaria Municipal de Educação de Palmas; e Oficio oriundo da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura, informando celebração de termos de colaboração a diversos convênios. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 576/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; 577/2021, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira; Projetos de Resolução que receberam os números 11, 12 e 13/2021, de autoria da Mesa Diretora; os Requerimentos que receberam os números 2.311 a 2.328. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Projetos de Resolução que receberam os números 11, 12 e 13/2021, de autoria da Mesa Diretora; dos Projetos de Lei que receberam os números 575/2021, de autoria da Mesa Diretora; 576/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; e dos Requerimentos que receberam os números 2.310, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 2.311, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; 2.313, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco; e 2.320, 2.321, 2.322, 2324, 2.325, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade. Em seguida, o Senhor Presidente, de oficio, suspendeu a Sessão pelo prazo de até uma hora, para Reunião com os Senhores Deputados, reabrindo-a às vinte e uma horas e quinze minutos. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Logo após, o Senhor Presidente por falta de quórum, em Plenário, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte e uma horas e dezesseis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa 15 de dezembro de 2021 Ata da Centésima Trigésima Nona Sessão Ordinária

Às nove horas do dia quinze do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Valderez Castelo

Branco, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos e Jair Farias. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea "c" do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 57/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 11, de 11 de novembro de 2021, que "altera a Lei número 3.621, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2020-2023"; Mensagem número 58/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 12, de 11 de novembro de 2021, que "estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2022"; Oficio número 316/2021, de autoria do Ministério Público do Estado, encaminhando o Projeto de Lei Complementar número 2/2021, que "altera a Lei Complementar número 51, de 2 de janeiro de 2008, que "institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências, a fim de regulamentar a função de Coordenador de Promotoria para as Promotorias de Justiça de 1ª e 2ª entrâncias"; Oficio número 318/2021, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei número 1/2021, que "altera a Lei número 3.472, de 27 de maio de 2019, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências, para conceder revisão geral anual, referente ao período de 1º de maio de 2019 a 30 de abril de 2021, a partir de 1º de janeiro de 2022"; e Ofício número 321/2021, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei número 3/2021, que "altera a Lei número 3.464, de 25 de abril de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins e adota outras providências, a fim de alterar o percentual de ocupação dos cargos comissionados por titulares de cargos de provimento efetivo, extinguir cinquenta e seis cargos de auxiliar técnico DAM-2 e criar setenta e cinco cargos de Assessor Ministerial DAM-1. Logo após, o Senhor Presidente informou que encontra-se sobre a mesa o pedido de denúncia de Crime de Responsabilidade entregue nesta Casa, apresentado pelo Senhor Antônio Carlos Fernandes Guimarães, o qual preferiu o despacho: o Presidente da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e tendo em vista o disposto no art. 76 da Lei Federal 1079/1950 c/c o art. 213 do Regimento Interno, deixou de receber a denúncia por Crime de Responsabilidade apresentada pelo Senhor Antônio Carlos Fernandes Guimarães, por não cumprir os requisitos formais constantes dos dispositivos legais que dispõem sobre o processo para destituição do Governador do Estado, encaminhando à Secretaria para o arquivamento. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 579 e 580/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; os Requerimentos que receberam os números 2.329 a 2.335. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, o Senhor Presidente, de oficio, suspendeu a Sessão

pelo prazo de até cinco minutos, reabrindo-a às onze horas e catorze minutos. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Valdemar Júnior. Em seguida, o Senhor Presidente determinou a inclusão das Medidas Provisórias números: 16, de 4 de outubro de 2021, que "dispõe sobre a implementação dos efeitos financeiros decorrentes das promoções dos militares estaduais, e adota outras providências"; e 19, de 26 de outubro de 2021, que "dispõe sobre a alteração do art. 1º da Lei número 3.580 de 17 de dezembro de 2019, que institui as indenizações que especifica Socioeducativo, Penitenciários e Prisional", na Ordem do Dia da presente Sessão, conforme art. 76, combinado com o § 2º do art. 198 e art. 199, do Regimento Interno desta Casa de Leis. Logo após, o Senhor Presidente colocou em votação o Requerimento de Interstício que recebeu o número 2.336, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que requer dispensa de formalidades regimentais nos termos dos arts. 72 e 133, a inclusão na Ordem do Dia desta Sessão Ordinária, e Sessões Extraordinárias nos termos do art. 80, §1º e 137 do Regimento Interno, para discussão e votação das matérias referentes a Proposta de Emenda Constitucional número 7/2021, Projeto de Lei número 13/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, Projetos de Resolução números 10 a 13/2021, Projetos de Lei números 1/2021, 525/2021, 575/2021, e Projeto de Decreto Legislativo número 126/2021, o qual foi aprovado. Na deliberação da Ordem do Dia foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 16/2021, (avocada), de autoria do Senhor Governador, que "dispõe sobre a implementação dos efeitos financeiros decorrentes das promoções dos militares estaduais, e adota outras providências"; a qual votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, promulga a Lei número 3.834, de 15, de dezembro de 2021, e encaminha à Secretaria para comunicar a Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 18/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, que "altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências", a qual votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.835, de 15 de dezembro de 2021, e encaminha à Secretaria para comunicar a Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 19/2021 (avocada), de autoria do Senhor Governador do Estado, que "dispõe sobre a alteração do art. 1º da Lei número 3.580, de 17 de dezembro de 2019, que institui as indenizações que especifica", a qual votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.836, de 15 de dezembro de 2021, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 21/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, que "altera a tabela 1.1 do item 1 do inciso I do Anexo II da Lei número 3.421, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual", a qual votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativo do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.837, de 15 de dezembro de 2021, e encaminhada à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em primeira fase de discussão e votação, a Proposta de Emenda Constitucional número 7/2021, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias e Outros, que "acrescenta o art. 81-A à Constituição do Estado, para autorizar a transferência de recursos Estaduais a Estado e Municípios mediante emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual", a qual votada, foi aprovada e encaminhada à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 13/2021, de autoria do Senhor Governador

do Estado, que "institui o Plano de Cargos, Carreira e Subsídio - PCCS dos Policiais Penais do Estado do Tocantins, e adota outras providências"; 575/2021, de autoria da Mesa Diretora, que "dispõe sobre os cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa e adota outras providências"; 525/2021, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que "altera o art. 134 da Lei número 1.818, de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins, para tipificar como ilícito funcional a violação às prerrogativas dos advogados"; e 1/2021, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que "altera a Lei número 1.284, de 17 de dezembro de 2001 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins"; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Resolução números: 10/2021, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que "altera a Resolução número 344, de 8 de maio de 2019"; 11/2021, de autoria da Mesa Diretora, que "altera a Resolução número 276, de 9 de dezembro de 2009, que regulamenta o §2º do artigo 55 da Constituição Estadual"; 12/2021, de autoria da Mesa Diretora, que "dispõe sobre a atribuição dos cargos de provimento em comissão da estrutura da Mesa Diretora, Lideranças, Comissões Permanentes e Gabinetes de Deputados e dá outras providências"; 13/2021, de autoria da Mesa Diretora, que "altera a Resolução número 343, de 8 de maio de 2019, que dispõe sobre a organização administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins e dá outras providências", os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 126/2021, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que "prorroga o prazo do Decreto número 176, de 24 de março de 2020, que reconhece para fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a declaração do Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado do Tocantins", o qual votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Deputado Ivory de Lira e Outros, solicitaram ao Senhor Presidente, nos termos dos arts. 71, 72 e 186 a 188 do Regimento Interno, a redução dos prazos para apresentação de emendas, bem como dispensar todos os interstícios e formalidades regimentais para tramitação do Projeto de Lei número 12, de 11 de novembro de 2021, que "estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2022", e Projeto de Lei número 11, de 11 de novembro de 2021, que "altera a Lei número 3.621, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o Quadriênio de 2020-2023", o qual foi deferido. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e dezessete minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa 15 de dezembro de 2021 Ata da Centésima Quadragésima Sessão Ordinária

Às dezoito horas e trinta e nove minutos do dia quinze do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Ivory de Lira, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número le-

gal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos e Jair Farias. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 571/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "institui no calendário oficial do Estado do Tocantins o Dia Estadual do Capim Dourado"; Projeto de Lei número 572/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "institui a política pública para primeira infância no Estado do Tocantins"; Projeto de Lei número 573/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Cuidadores"; Projeto de Lei número 574/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "concede Título de Cidadão Tocantinense a Thiago Ribeiro Franco Vilela"; Projeto de Lei número 577/2021, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de socorro a animais, quando atropelados por condutores de veículos automotores, nos perímetros urbanos dos municípios do Estado do Tocantins"; Projeto de Lei número 578/2021, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que "dispõe sobre a implementação de ciclovias ou ciclofaixas nas rodovias estaduais do Estado do Tocantins"; Projeto de Lei número 579/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que "dispõe sobre a alteração do nome do Hospital Geral de Gurupi (HGG) para Hospital João Neves de Paulo Teixeira"; e Projeto de Lei 580/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que "concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro ao Bispo Dom José Moreira da Silva". Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 2.337 a 2.343. Logo após, o Senhor Presidente, por falta de quórum em Plenário, transferiu a deliberação da urgência das Matérias apresentadas para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, o Senhor Presidente, de oficio, suspendeu a Sessão pelo prazo de até cinco minutos, reabrindo-a às vinte e uma horas e vinte e cinco minutos. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em votação o Requerimento de Interstício que recebeu o número 2.336, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, Líder de Governo, que requer dispensa de formalidades regimentais nos termos dos arts. 72 e 133, para a inclusão na Ordem do Dia desta Sessão Ordinária, bem como a convocação de Sessão Extraordinária, nos termos do art. 80, §1º, para discussão e votação das matérias referentes aos Projetos de Lei número 11/2021, 12/2021 e 16/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, em exercício; Proposta de Emenda Constitucional número 16/2021; Projetos de Lei números 336/219, 394/2019, 54/2020, 223/2020, 227/2020, 300/2020, 309/2021, 318/2021, 323/2021, 324/2021, 333/2021, 335/2021, 339/2021, 340/2021, 341/2021, 346/2021, 352/2021, 382/2021, 386/2021, 395/2021, 398/2021, 399/2021, 416/2021, 417/2021, 422/2021, 425/2021, 466/2021, 477/2021, 509/2021, 534/2021; Projeto de Lei do Tribunal de Contas do Estado número 2/2021 e Projetos de Lei Complementar números 1/2021 e 2/2021, de autoria do Ministério Público do Estado, o qual foi aprovado. Na

deliberação da Ordem do Dia, foi anunciada em turno único de discussão e votação, a Mensagem/Veto número 28/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, em exercício, que veta parcialmente o Autógrafo de Lei número 6, de 27 de abril de 2021, originário do Projeto de Lei número 312/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "dispõe sobre considerar a educação como atividade essencial no âmbito do Estado do Tocantins, com apenso do Projeto de Lei número 312/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que "estabelece como essencial no Estado do Tocantins as atividades educacionais escolares e afins", a qual votada, secretamente, com dezoito votos não e três votos sim, perfazendo um total de vinte e um votos, portanto, ficou mantido o Veto Parcial e encaminhado à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foram anunciados, em turno único de discussão e votação os Projetos de Lei números 11/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, em exercício, que "altera a Lei número 3.621, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2020-2030; e 12/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, em exercício, que "estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2022"; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciada, em primeira fase de discussão e votação, a Proposta de Emenda Constitucional número 6/2021, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres e Outros, que "altera o § 10 do art. 81 da Constituição do Estado do Tocantins", a qual votada, nominalmente, com vinte e um votos sim, perfazendo um total de vinte e um votantes, foi aprovada e encaminhada à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 16/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, em exercício, que "autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S. A., e adota outras providências"; 336/2019, anexado ao Projeto de Lei número 45/2020, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, que "institui o Dia Estadual de Conscientização e Combate ao Bulling, que deu origem ao Processo número 411/2019; 394/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que "dispõe sobre a concessão do direito a uma folga anual para o homem realizar exames preventivos de câncer de próstata, no âmbito do Estado do Tocantins, que deu origem ao Processo número 480/2019; 54/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que "dispõe sobre a obrigatoriedade das operadoras de planos de saúde avisar aos conveniados sobre o descredenciamento de hospitais e médicos, no âmbito do Estado do Tocantins"; 223/2020, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que "denomina de "Prefeito Antônio Poincaré de Andrade" a ponte entre a TO-050 e a TO-255, sobre o Rio Tocantins, no Município de Porto Nacional, no Estado do Tocantins"; 227/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que "obriga a realização de cirurgias plásticas reparadoras de Abdominoplastia e Lipoaspiração pós gastroplastia (bariátrica) pela Rede Estadual de Saúde, no Estado do Tocantins e dá outras providências"; 300/2020, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que institui o Festival do Chambari de Paraíso do Tocantins como evento do calendário turístico oficial do Estado do Tocantins"; 309/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "institui o mês de Janeiro Branco, dedicado à realização de ações educativas para a difusão da saúde mental, e dá outras providências"; 318/2021, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que "altera o nome da Escola Estadual do município de Ipueiras, para denominar-se Escola Estadual Ana de Souza Paiva"; 323/2021, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que "institui o Dia Estadual do Jalapão, e dá outras providências"; 324/2021, de autoria do Senhor Deputado

ANO XXXI PALMAS, QUINTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2022.

Léo Barbosa, que "institui o selo "Escola de Excelência", no Estado do Tocantins, e dá outras providências"; 333/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "institui o mês de Abril Laranja, dedicado à campanha de doação e prevenção à crueldade contra os animais, e dá outras providências"; 335/2021, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que "denomina de "Olyntho Garcia de Oliveira o Hospital Geral de Araguaína (HGA) - Tocantins"; 339/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "institui o Dia da Policial Militar Feminina do Estado do Tocantins"; 340/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "institui o Dia do Memorial, em homenagem aos Policiais Militares mortos em decorrência do serviço do Estado do Tocantins"; 341/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "institui o Dia do Veterano em homenagem aos Policiais Militares da Reserva e Reformados do Estado do Tocantins"; 346/2021, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que "institui a campanha de Prevenção do Câncer de Colo de Útero denominada "Movimento Março Lilás", no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências"; 352/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que "altera a Lei número 3.650, de 24 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a remarcação de teste de aptidão física em concurso público, de candidata grávida"; 382/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que "concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor João Batista Xavier"; 386/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que "declara de Utilidade Pública Estadual a Apaa – Associação Protetora de Animais de Araguaína "É o Bicho", localizada no município de Araguaína/TO"; 395/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que "institui o Dia do Policial Penal no Estado do Tocantins"; 398/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que "concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Roberto Corrêa Ribeiro de Oliveira; 399/2021, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que "institui a Semana da Conscientização sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - Tdah, Transtorno Opositivo-Desafiador (TOD), no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências"; 416/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "concede Título de Cidadão Tocantinense a Marcelo Lopes da Ponte"; 422/2021, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que "institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate à Osteoporose"; 425/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "estabelece que todo tipo de trabalho lícito que traga sustento seja essencial, no âmbito do Estado do Tocantins"; 426/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro", ao Senhor Furtanato Soares Barros"; 427/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro" ao Senhor Wander Saraiva de Carvalho; 428/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro, ao Senhor Napoleão de Souza Luz Sobrinho; 432/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que concede Título de Cidadão Tocantinense ao Bispo Diocesano de Porto Nacional, Dom Romualdo Matias Kujawski; 442/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que "concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Juvenal Klayber Coelho"; 452/2021, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que "denomina "Cel Janilson Veras Barbosa" o Centro Olímpico da Polícia Militar em Palmas-TO"; 466/2021, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que "concede Título de Cidadão Tocantinense a Maria José Alves Cotrim"; 477/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que "declara de Utilidade Pública a Associação Instituto Bela Vista Futebol Cachoeirense no município de Cachoerinha/TO; 509/2021, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que "declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores do Distrito de Bela Vista do Tocantins - Bambu de Ouro"; 534/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que "declara de Utilidade Pública a Associação dos Profissionais do Sistema Penitenciário do Tocantins - Prosispen/TO; 2/2021, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, que "altera a Lei número 1.527, de 17 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e a Lei número 1.903, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira e os vencimentos dos Servidores Efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências"; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 1/2021, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que "altera a Lei Complementar número 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências", o qual votado, nominalmente, um voto não e vinte votos sim, perfazendo um total de vinte e um votantes, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 2/2021, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que "altera a Lei Complementar número 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências, a fim de regulamentar a função de Coordenador de Promotoria para as Promotorias de Justiça de 1ª e 2ª entrâncias", o qual votado, nominalmente, vinte e um votos sim, perfazendo um total de vinte e um votantes, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 2.333 a 2.335, 2.329, 2.330, 2.331 e 2.332, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte e três horas e catorze minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa 21 de dezembro de 2021 Ata da Centésima Quadragésima Primeira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e um do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, que, por falta de quórum, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente. Estavam presentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Issam Saado, Ivory de Lira, Nilton Franco, Professor Júnior Geo, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e a Senhora Deputada Valderez Castelo Branco. Logo após, em consonância com o artigo 15 da Constituição Estadual, combinado com o inciso I do artigo 3º do Regimento Interno, o Senhor Presidente declarou encerrado o 2º Período da 3ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa 1^a de fevereiro de 2022 Ata da Centésima Quadragésima Segunda Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia primeiro do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Olyntho Neto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Ivory de Lira, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira e as Senhoras Deputadas Amália Santana e Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 581/2021, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que "declara de Utilidade Pública Estadual a Federação Tocantinense de Basketball"; Oficio oriundo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, em resposta a Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; Ofícios oriundos do Departamento Penitenciário Nacional - Depen, comunicando a celebração de convênio e liberação de recursos ao convênio Plataforma Mais Brasil; Oficio oriundo da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura, informando celebração e termos de colaboração com o Sindicato Rural de Ananás; Oficio oriundo da Agência Tocantinense de Saneamento – ATS, comunicando a celebração de convênio com diversas Prefeituras; Oficio oriundo da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura, informando celebração de termos de convênios com diversas Prefeituras e Instituições; Ofícios oriundos da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, comunicando a celebração de acordos de cooperação com a Polícia Militar do Estado do Tocantins; Ofícios oriundos da Agência Tocantinense de Obras - Ageto, informando a celebração de convênios com diversas Prefeituras; Oficio oriundo da Câmara Municipal de Gurupi - Gabinete da Vereadora Leda Perini, comunicando o resultado de Consulta Pública realizada na cidade de Gurupi – TO, no mês de dezembro/2021, onde foram colocados os nomes de profissionais da saúde falecidos para nome do Hospital Geral de Gurupi, em substituição ao nome apresentado pelo Deputado Professor Júnior Geo; Oficio oriundo da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Tocantins, comunicando a declaração de Estado de Emergência no município, em razão da enchente do Rio Tocantins; Oficio oriundo da Prefeitura Municipal de Paranã, comunicando a manutenção da Situação de Emergência no município, em razão da pandemia de doença infecciosa, viral e respiratório (Covid-19); Oficio oriundo da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis, comunicando a declaração de Situação de Estado de Emergência no município, em razão das fortes chuvas, causando diversos prejuízos materiais e humanos; Oficio oriundo da Prefeitura Municipal de Pium, comunicando a declaração de Situação de Estado de Emergência no município e zonas afetadas pelas chuvas; Oficio oriundo da Prefeitura Municipal de Praia Norte, comunicando a declaração de Estado de Emergência no município, em decorrência das chuvas registradas e a elevação do nível do Rio Tocantins; e Oficio oriundo da Prefeitura Municipal de Rio dos Bois, solicitando a existência de situação anormal por intempérie natural provocada pelas fortes chuvas, afetando várias áreas da zona rural, no referido município. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 53 a 94. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Professor Júnior Geo. Na Ordem do Dia, o Senhor Presidente, por falta de quórum, em Plenário, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação. 1º Secretário Presidente 2º Secretário

9ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa 2 de fevereiro de 2022

Ata da Centésima Quadragésima Terceira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia dois do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Ivory de Lira, Primeiro-Secretário e Léo Barbosa, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Olyntho Neto e Vilmar de Oliveira. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Oficio oriundo da Prefeitura de Santa Terezinha do Tocantins, solicitando a prorrogação da decretação de Estado de Calamidade Pública no referido município; Oficio oriundo da Prefeitura Municipal de Centenário, solicitando a prorrogação da decretação de Estado de Calamidade Pública no referido município; Ofícios oriundos do Departamento Estadual de Trânsito - Detran, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Elenil da Penha e Professor Júnior Geo; Oficio oriundo do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – Igeprev, encaminhando Avaliação Preliminar do impacto atuarial do Projeto de Lei do PCCS da Polícia Penal; Oficio oriundo da Policia Militar, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade; e Oficio oriundo da BRK Ambiental/Saneatins, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 583 e 584/2022, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; 585/2022, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; 586/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 587/2022, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 588/2022, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado; 589/2022, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; e os Requerimentos que receberam os números 95 a 116. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Professor Júnior Geo, Elenil da Penha e Ricardo Ayres. Na Ordem do Dia, o Senhor Presidente, por falta de quórum, em Plenário, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e trinta e dois

minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

9ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa 2 de fevereiro de 2022 Ata da Centésima Quadragésima Quarta Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia dois do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Léo Barbosa, secretariado pelos Senhores Deputados Elenil da Penha, Primeiro-Secretário e Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Antonio Andrade, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Jorge Frederico, Nilton Franco, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 583/2022, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que "dispõe sobre normas protetivas e direito à informação aos consumidores filiados às Associações de Socorro Mútuo"; Projeto de Lei número 584/2022, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que "atribui nome da Escola Estadual de Tempo Integral de Professor José Aires Gomes"; Projeto de Lei número 585/2022, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que "institui a isenção do pagamento do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços , para aquisição de computadores – Desktop ou Notebook, para os alunos matriculados na rede pública de ensino; Projeto de Lei número 586/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que "dispõe sobre a realização de teste de aptidão física em concurso público"; Projeto de Lei número 588/2022, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que "institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária"; Projeto de Lei número 589/2022, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que "dispõe sobre a juntada de documentos por advogados no processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Tocantins"; Ofício oriundo da Prefeitura Municipal de Aguiarnópolis, solicitando a prorrogação da decretação de Estado de Calamidade Pública no referido município; e Ofícios oriundos da Agência Tocantinense de Obras - Ageto, comunicando a celebração de convênios com diversas prefeituras. Na Apresentação de Matérias, foram entregues o Projeto de Lei que recebeu o número 590/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; e os Requerimentos que receberam os números 117 a 120. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Logo após, o Senhor Presidente, por falta de quórum, em Plenário, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e nove minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

DEPUTADOS DA 9ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Antonio Andrade (PSL)

Claudia Lelis (PV)

Cleiton Cardoso (PTC)

Eduardo do Dertins (Cidadania)

Eduardo Siqueira Campos (DEM)

Elenil da Penha (MDB)

Fabion Gomes (PR)

Issam Saado (PV)

Ivory de Lira (PCdoB)

Jair Farias (MDB)

Jorge Frederico (MDB)

Léo Barbosa (SD)

Luana Ribeiro (PSDB)

Nilton Franco (MDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Professor Júnior Geo (PROS)

Ricardo Ayres (PSB)

Valdemar Júnior (MDB)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vanda Monteiro (PSL)

Vilmar de Oliveira (SD)

Zé Roberto Lula (PT)